



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE IMPLEMENTADA PELA
EMPRESA ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ATRÁVES DO PROGRAMA CONTA CIDADÃ**

Normélio Oliveira Lêdo

CAMPINA GRANDE – PB

2017

NORMÉLIO OLIVEIRA LÊDO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE IMPLEMENTADA PELA
EMPRESA ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ATRÁVES DO PROGRAMA CONTA CIDADÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Dra. Ednadi Batista da Silva

CAMPINA GRANDE – PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L472r Lêdo, Normélio Oliveira.
Responsabilidade Social e sustentabilidade implementada pela empresa Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. através do Programa Conta Cidadã [manuscrito] / Normélio Oliveira Lêdo. - 2017.
22 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Ednadi Batista da Silva, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Sustentabilidade. 2. Responsabilidade social. 3. Triple Bottom Line (TBL). I. Título.

21. ed. CDD 338.9

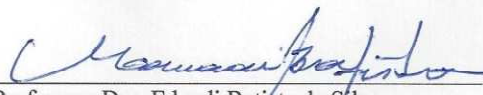
NORMÉLIO OLIVEIRA LÊDO

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE IMPLEMENTADA PELA EMPRESA ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ATRÁVES DO PROGRAMA CONTA CIDADÃ

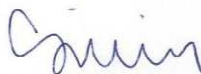
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 10/05/2017

BANCA EXAMINADORA



Professora Dra. Ednadi Batista da Silva
Orientadora



Professora Msc. Vânia Vilma Nunes Teixeira
Membro



Professor Esp. José Luís de Sousa
Membro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1 Sustentabilidade	6
2.2 Responsabilidade Social para a Empresa	7
2.3 <i>Triple Bottom Line</i> (TBL)	8
2.4 Legislações Abrangentes ao Tema da Sustentabilidade.....	9
3 METODOLOGIA	10
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
4.1 Caracterização da Empresa e Projeto	11
4.1.1 Dimensão Ambiental.....	12
4.1.2 Dimensão Social.....	13
4.1.3 Dimensão Econômica.....	13
4.2 Apresentação dos Dados/Discussões	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19
APÊNDICE	21

RESUMO

LÊDO, Normélio Oliveira. **RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE IMPLEMENTADA PELA EMPRESA ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ATRÁVES DO PROGRAMA CONTA CIDADÃ**. 2017. 22 p. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

A Responsabilidade Social e a Sustentabilidade vêm cada vez mais sendo almeçadas pelo meio empresarial devido às problemáticas socioambientais, fazendo por, assim, surgirem alternativas e projetos nas empresas sobre os referidos temas. Desta forma, o presente artigo tem por objetivo demonstrar o resultado da aplicabilidade do programa Conta Cidadã na holística do tripé da sustentabilidade, nas dimensões: social, ambiental e econômica, sendo sua problemática a verificação da viabilidade do programa. Este artigo caracteriza-se como um estudo de caso de caráter quantitativo, qualitativo e exploratório. A metodologia aplicada foi visita à empresa e captação de contatos, que, a posteriori, repassaram informações gerenciais do programa para que pudessem ser feitas as inferências acerca do tema. Pode-se concluir que o programa apesar de divergências com associações e cooperativas de classes, destaca-se nas três dimensões em questão, diferencia-se nas variáveis econômica e ambiental, onde há uma maior representatividade do mesmo, apresentando destaque em relação ao meio ambiente, ressaltando-se que, se não fossem as atividades integradas ao programa poderiam haver maiores impactos ambientais na região de atuação da empresa, salienta-se assim, tamanha importância desta medida empresarial.

Palavras chave: Sustentabilidade. Responsabilidade social. *Triple Bottom Line* (TBL).

1 INTRODUÇÃO

Os processos de globalização ganharam maior intensidade a partir dos anos 70 do século XX. Esses processos, por agregarem valor de complexidade e objetivarem muitos recursos, tornaram as cadeias produtivas mais velozes, ao acelerarem a produção e o consumo de mais recursos naturais. Esses fatores ocasionaram maiores impactos ambientais, oriundos do desenvolvimento industrial, que geram mais poluição e problemas como o efeito estufa e o aquecimento anormal do planeta, entre outros.

Os produtos tornaram-se descartáveis, ao passo que hábitos de novos e maiores consumos foram adquiridos pela sociedade. Assim, cada vez mais, aumenta-se o uso de recursos naturais para subsidiar a demanda crescente da produção, que, paralelamente, acompanha o crescimento da população mundial.

Nesse contexto, surgem, ou necessitam surgir, formas de evitar a retirada exagerada de recursos naturais do planeta. Uma dessas formas é justamente a sustentabilidade, vista por umas pessoas como “carrasco econômico” (pensada como entrave ou atraso à economia) e por outras como indispensável à continuação da vida humana.

As preocupações advindas das questões ambientais e sociais têm emergido de forma singular na sociedade atual, com novas ideias e atitudes de cunho sustentável, sejam elas econômicas, sociais ou ambientais. Busca-se a criação de parâmetros e referências, legais ou de costumes, a partir dos quais as empresas já visualizam novos mercados e tentam abarcar novos clientes através do marketing e da propaganda ambiental, que, direta ou indiretamente, possam ligar a empresa a seu público alvo e despertar no consumidor ou usuário a necessidade de preservação do meio ambiente.

Visto que, para o Instituto Ethos (2016), um negócio sustentável e responsável possui uma atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados, a produção e a comercialização a partir desse negócio são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, conferindo competitividade e continuidade à própria atividade, além de promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Entretanto, não é tão simples denominar-se sustentável ou responsável social. Existem regras e legislações que englobam as estruturas sustentáveis e mecanismos que podem ser implantados nas entidades empresariais para que se criem formas estruturadas e embasadas de novas missões e visões empresariais.

As legislações impostas às empresas dependerão de seus objetivos sociais e econômicos. Uma entidade que vise a trabalhar com sustentabilidade de produtos, por exemplo, irá desembocar na legislação da Lei 12.305, que versa sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que mais adiante será discutida, assim como outras vertentes e mecanismos abrangidos pelo tema do artigo.

Em Campina Grande, no Estado da Paraíba, a Empresa Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A, implantou o projeto socioambiental Conta Cidadã, que consiste na troca de resíduos recicláveis em créditos financeiros, nas operações de compra de energia pelo consumidor final. Diante do exposto, esta pesquisa foi norteada pelo seguinte questionamento: **Qual a aplicabilidade do programa Conta Cidadã nos aspectos social, ambiental e econômico?**

Com o objetivo de demonstrar o resultado da aplicabilidade do programa, na holística do tripé da sustentabilidade social, ambiental e econômica, foi realizado um estudo de caso no qual se buscou: a) Identificar em que situação ocorre a aplicabilidade do Conta Cidadã; b) Mensurar a quantidade de material coletado nos últimos cinco anos; c) Dimensionar as

vantagens econômicas ganhas pelo consumidor; d) Quantificar o custo-benefício gerado pelo material coletado.

Buscando atender os objetivos, realizou-se uma pesquisa exploratória, através de um estudo de caso, com a investigação das ações quantitativas e qualitativas da entidade nas dimensões econômica, social e ambiental.

O presente artigo inicia-se com esta introdução, logo após é desenvolvida uma fundamentação teórica abordando os temas da sustentabilidade, da responsabilidade social nas empresas, como também dos mecanismos e legislações abrangidas pelo tema. Na sequência é apresentada a metodologia. E, logo após, são realizadas as apresentações e análises dos dados, e por fim, as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sustentabilidade

Percebe-se que não há na literatura um conceito definitivo de sustentabilidade, mas princípios que norteiam essa ideia. Para Elkington (2001, p. 20), o assunto da sustentabilidade relaciona-se a um “princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações”.

Outra ideia que expressa a sustentabilidade aplicada nas empresas é exposta por Tinoco e Kraemer (2011, p.111). Conforme os autores, a gestão de qualidade empresarial passa pela obrigatoriedade de que sejam implantados sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes e matérias-primas, as potencialidades do quadro humano criativo e as comunidades locais, dando início a um novo ciclo, em que a cultura do descartável e do desperdício seja coisa do passado. O pensamento dos autores vem a servir de base para empresas que queiram seguir de forma tangente a obtenção de lucro e que queiram se diferenciar do modismo das demais, que buscam o resultado financeiro de forma expressa e incessante.

Já para Callenbach (1993), a administração ambiental está associada à ideia de resolver problemas ambientais em benefício da empresa. Ela carece de uma dimensão ética, e suas principais motivações são a observância das leis e a melhoria da imagem da empresa. Nesta visão, fica clara a intenção do Marketing Ambiental imposto através da sustentabilidade, que poderá ser explorado pela empresa na busca de uma inovação na imagem empresarial, como também na busca mercadológica para captação de novos clientes.

A partir das citações anteriormente expostas, percebe-se que há uma correlação entre elas e a base das ideias do Projeto de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem por objetivo a promoção do uso eficiente da energia elétrica nos setores da economia através de projetos que promovam a eficiência energética, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias, hábitos e práticas racionais no uso da energia elétrica, corroborando, desta forma, na maciça necessidade de implementação e desenvolvimento de projetos sustentáveis, tanto ambientais quanto sociais, para serem desenvolvidos nas empresas, minimizando, assim, os impactos gerados pelas mesmas.

2.2 Responsabilidade Social para a Empresa

McWilliams e Siegel (2001, p. 117) define Responsabilidade Social como “Ações que surgem para promover algum bem social para além dos interesses da empresa e daquelas exigidas por lei”. Já para Oliveira (2008, p.2), “O estudo da responsabilidade social de empresas engloba o entendimento da relação complexa que existe entre as empresas e a sociedade, incluindo comunidades, empregados, governos e até outras empresas”.

Vale salientar que responsabilidade social difere de ação social, visto que é necessário algo mais complexo para que se atinja um patamar de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Ainda conforme Oliveira (2008, p.66),

Muitas pessoas confundem responsabilidade social empresarial com filantropia ou ação social de empresas. A ação social são doações ou projetos sociais que beneficiam alguns grupos, como comunidades, famílias de empregados, escolas ou Organizações Não-Governamentais (ONG's). A responsabilidade social das empresas envolve atitudes, ações e relações com um grupo maior de partes interessadas (*stakeholders*) como consumidores, fornecedores, sindicatos e governo. A filantropia é ação social com projetos não ligados diretamente aos negócios da empresa, muitas vezes está ligada a causa cujos valores são compartilhados pela empresa, gestores ou donos. A filantropia é uma importante fonte de fundos para causas de caridade, culturais, políticas, sociais e religiosas.

Para uma empresa ser socialmente responsável não existe uma lista pronta a ser seguida. Entretanto, há princípios norteadores para que uma empresa possa atingir bons níveis de RSE, como, por exemplo, atender as legislações pertinentes, tratar os funcionários/colaboradores com respeito, não degradar o ambiente através de suas atividades e ter ética de um modo geral.

Nesse contexto, as demandas sociais irão influenciar as empresas em que rumo seguir na questão social. Há um diferencial competitivo entre as corporações que investem nesta área

e as demais, que, ao ser levado em conta por um olhar mais crítico do consumidor, haverá de influenciar significativamente as decisões de escolha desse cliente. Demonstra-se, assim, que cada vez mais empresas que tendem a assumir compromissos sociais e também ambientais destacam-se de forma ímpar perante as demais, o consumidor e a sociedade em geral.

2.3 Triple Bottom Line (TBL)

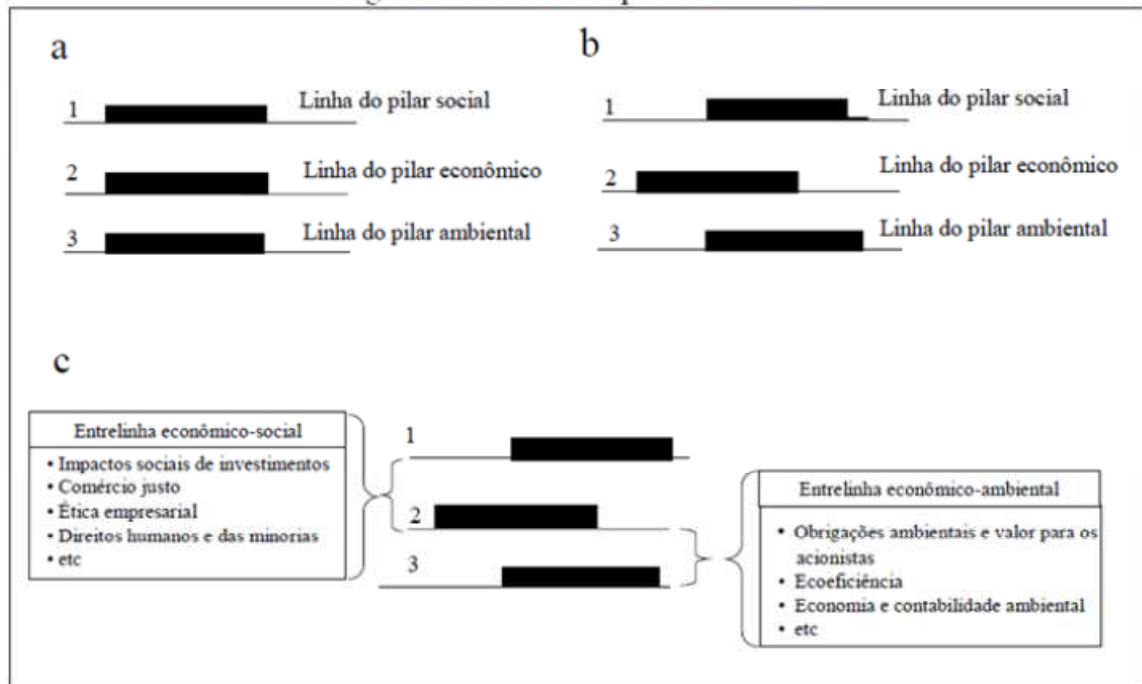
O *triple bottom line* (TBL) surge para avaliar a empresa com um foco diferente, a partir de medidas que levam em consideração variáveis econômicas, ambientais e sociais, e não apenas em termos financeiros, como era analisada anteriormente. O termo tem vários sinônimos, dentre eles 3Ps, que tem como significado *People* (Pessoas), *Planet* (Planeta) e *Profit* (Lucro). Neste modelo, é levado em consideração o tratamento dado ao capital humano, ao capital natural e ao lucro.

O conceito de TBL identifica-se com as três dimensões da sustentabilidade no âmbito empresarial. A expressão surgiu na década de 90 e tornou-se de conhecimento público em 1997, com a publicação do livro *CannibalsWithForks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, de John Elkington, como explica Dias (2011).

Barbieri e Cajazeira (2009), em artigo denominado *Responsabilidade e Sensibilidade Social*, citam o modelo de John Elkington como um dos mais importantes para operacionalizar os requisitos da sustentabilidade e retomam a figura do modelo TBL apresentada por Elkington em seu livro *Canibais com garfo e faca* (2001). A figura apresenta as linhas dos pilares social, econômico e ambiental na parte “a” e demonstra, desta forma, que o modelo necessita ter resultados positivos líquidos nas três dimensões apresentadas. Entretanto, devido às pressões sociais, econômicas, políticas e ambientais esses pilares não são estáveis, como mostra a parte “b” da figura. Por fim, a parte “c” da figura traz exemplos das entrelinhas, como citam os autores:

Os verdadeiros desafios, segundo o autor, encontram-se entre as linhas dos pilares onde surgem os efeitos sociais, econômicos e ambientais decorrentes dessas pressões de modo análogos aos tremores e terremotos que surgem à medida que as plataformas se movimentam umas em relação às outras. Ou seja, as entrelinhas representam sobreposições dos componentes que integram cada um dos pilares ou dimensões da sustentabilidade, como ilustra a Figura 2c com exemplos de duas entrelinhas.

Figura 2: O Modelo Triple Bottom Line



Fonte: Elkington, 2001, pgs. 76, 77, 82 e 97.

Figura 1 – Modelo Triple Bottom Line / Fonte: Elkington apud Barbieri; Cajazeira.

Ao olhar o TBL sobre o aspecto conceitual, percebe-se, em suma, que ele se baseia em pilares que, caso estejam em harmonia, promoverão a sustentabilidade.

2.4 Legislações Abrangentes ao Tema da Sustentabilidade

Dentre as principais legislações em torno do assunto, algumas tornaram-se pilares a serem analisados e expostos neste artigo, pois relacionam-se diretamente com as questões debatidas, como, por exemplo, a Lei 12.305, de 2010, que institui o Programa Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e que abrange tanto empresas públicas quanto privadas. A Lei tem em seus princípios o desenvolvimento sustentável e cria responsabilidades e obrigações para com os gestores, que devem atentar às questões ambientais, antes esquecidas perante o lucro empresarial. Como pode ser observado no art. 1º, § 1º da lei,

Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Derivada da Lei da PNRs, aprovou-se no âmbito municipal de Campina Grande a Lei complementar Nº 087/2014, que institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Campina Grande-PB (PMGIRS-CG). O plano está dividido em dois anexos: (i) O Anexo I, que trata do Diagnóstico da Situação Atual dos Serviços de Limpeza Urbana e do Manejo de Resíduos Sólidos; (ii) e o Anexo II, que traz Prognóstico, Diretrizes, Estratégias, Metas, Programas, Projetos, Ações e Custos do PMGIRS-CG. No anexo II da Lei da PMGIRS – CG, na Seção de Diretrizes Gerais, o item XIV vai diretamente de encontro ao que é realizado no Programa Conta Cidadã, interferindo direta e legalmente no mesmo:

Proibir as empresas privadas de realizarem junto aos munícipes campanhas que promovam a troca de resíduos sólidos recicláveis por vantagens financeiras, descontos, bens ou serviços, bem como implantar penas punitivas para as que descumprirem esta determinação.

Desta forma, há um entrave legal imposto ao programa devido a PMGIRS do município proibir expressamente a troca de resíduos recicláveis por descontos, que é justamente o foco principal do Conta Cidadã.

Já a Lei 9.991, de 2000, que trata sobre a realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, em seu Artigo 1º, inciso I, define que “até 31 de dezembro de 2022, os percentuais mínimos definidos no caput deste artigo serão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia”. Vale salientar que o Conta Cidadã também se baseia nessa Lei.

3 METODOLOGIA

A pesquisa, quanto ao objetivo, tem característica exploratória. Como define Gil (1999, p.43), “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, com abordagem do problema de natureza quantitativa e qualitativa. Para Yin (2005, p.32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Já Martins (2008, p.11) frisa que “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a

penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”. Vale salientar que o caráter quantitativo traduz em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Já o qualitativo relaciona-se à interpretação dos fenômenos e à atribuição de significados, processos básicos na pesquisa qualitativa, como ressaltam Prodanov e Freitas (2013)

A pesquisa foi realizada na Empresa Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A., com o objetivo de verificar a sustentabilidade e a responsabilidade social implementadas pela empresa a partir do programa Conta Cidadã, tendo como base para análise a visão do tripé da sustentabilidade. O presente artigo começou a ser delineado a partir da indagação de até onde o projeto em questão interferiria na sociedade. Dessa forma, começou-se a pesquisar e a obter informações acerca do tema.

Após a fase de pesquisa acerca do tema/assunto, realizou-se uma visita à empresa para que se obtivessem mais informações, além de contatos dos responsáveis pelos determinados setores, os quais, a posteriori, poderiam dirimir dúvidas. A partir desses contatos, pode-se obter dados acerca do projeto e, assim, inferir análises sobre o tema.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da Empresa e Projeto

A Empresa Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. é uma distribuidora de energia elétrica pertencente ao Grupo Energisa, sexto maior grupo distribuidor de energia do país em números de clientes, que atua em nove estados brasileiros, com cerca de 6,4 milhões de consumidores. É uma sociedade anônima de capital fechado, que detém a concessão para atuar no serviço público de energia elétrica no compartimento da Borborema, no estado da Paraíba, abrangendo um território de 1.789 km², com seis municípios paraibanos, que, juntos, possuem uma população com mais de 500.000 habitantes.

O Projeto Conta Cidadã da Energisa é um projeto socioambiental, que consiste em oferecer ao cliente a oportunidade de trocar lixo reciclável, como papel, plástico, vidro e metal, por créditos financeiros (descontos) na conta de energia elétrica. Por sua vez, ao lixo arrecadado é dado o tratamento adequado, sendo destinado à indústria de reciclagem.

A ação da empresa objetiva um novo paradigma social que busca um uso adequado e consciente da energia elétrica, visto que, para o reprocessamento de materiais recicláveis, em relação à produção básica a partir da matéria prima, é necessário um menor consumo de

energia. O Conta Cidadã faz parte do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, que tem por objetivo promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia, através de projetos que buscam maximizar resultados e evitam demanda desperdiçada de energia. Assim, esses projetos visam à promoção da transformação do mercado de eficiência energética, estimulando cada vez mais o desenvolvimento de novas tecnologias, novas práticas e hábitos racionais do uso da energia elétrica.

4.1.1 Dimensão Ambiental

A Energisa Borborema realiza o projeto Conta Cidadã na cidade de Campina Grande e nas regiões abrangidas em sua circunscrição, dando destinação adequada aos materiais recicláveis oriundos dessas localidades. A partir da troca de materiais, evitam-se possíveis danos ambientais derivados do descarte inadequado de embalagens e produtos de uma forma em geral. Assim, esses materiais podem retornar às indústrias ou às reciclagens e terem uma destinação final apropriada, fechando, desta forma, o ciclo desses produtos. Logo abaixo é apresentado um quadro com os tipos de materiais que podem ser trocados por créditos no programa:

Quadro 1 – Tipos de Materiais Aceitáveis

TIPO	EXEMPLOS
Plásticos	Garrafas PET de refrigerante e embalagens em geral.
	Tambores, tubos e conexões para água.
	Embalagens para massas e biscoitos, embalagens alimentícias e potes de margarina.
	Esquadrias, baldes, cabides e pentes.
Metal	Alumínio: latas de cerveja, panelas e autopeças.
	Ferro: latas de mantimentos, talher, parafuso, portão e basculante.
	Bronze: torneiras e maçanetas.
	Chumbo: canos antigos.
	Bateria de veículos, como moto, carro e caminhão.
Papel	Branco: cadernos, livros antigos e folhas usadas.
	Misto: folhas coloridas, revistas, panfletos e jornais.
	Papelão: caixas, capas de livro e cadernos.
Vidro	Embalagens de vidro, café solúvel e maionese.
	Garrafas de cerveja e refrigerante.
	Copo de vidro.

Fonte: Elaboração Própria (2017)

4.1.2 Dimensão Social

O Conta Cidadã busca implantar o pensamento sustentável no indivíduo, fazendo com que, a partir da troca de créditos por materiais, o consumidor possa, mesmo que inconscientemente, criar o hábito de reciclar. Visa-se, desta forma, a fomentar a ideia de educação ambiental em torno da sociedade, tanto envolvida no projeto quanto não envolvida diretamente. De certa forma, os indivíduos que não participam do projeto podem vir a ter contato com seus participantes, criando curiosidade acerca do tema, que, a princípio, surge como uma bonificação, mas que, em segundo plano, possui algo mais abrangente e educativo, ao almejar desenvolver noções de educação ambiental no colaborador e uma possível consciência sustentável.

À primeira vista, o cliente, ao ter contato com o Conta Cidadã, poderá pensar apenas no retorno financeiro. Entretanto, com o passar do tempo e com as sucessivas práticas de identificar, separar e trocar os materiais, o consumidor poderá criar uma consciência diferente em torno das questões ambientais, emergindo, assim, uma ressignificação entre a relação natureza-homem.

Apesar de a empresa criar um incentivo ao cliente, existem reivindicações contrárias ao projeto por parte de associações de catadores, pois, segundo elas, o programa desvia o material que poderia ser recolhido pelas mesmas, afetando, assim, pessoas que mais necessitam, os catadores, devido uma condição social desfavorável em relação aos usuários do programa Conta Cidadã. Conforme reportagem em site pessoal do gestor municipal: “Romero se reúne com catadores e discute pleitos da categoria”. Entre os pleitos estavam:“(…) proibição da ação de troca de materiais por descontos, realizada pela empresa Energisa, o que estaria prejudicando a categoria.”.

Vale salientar que para ratificarem suas reivindicações, as associações de catadores baseiam-se no PMGIRS-CG, que, conforme expresso mais acima, proíbe empresas privadas de realizarem campanhas que promovam a troca de resíduos sólidos recicláveis por vantagens financeiras, descontos, bens ou serviços junto aos munícipes.

4.1.3 Dimensão Econômica

Um dos grandes atrativos do projeto é justamente a parte econômica, mediante a bonificação que traz benefícios para o participante, que, a partir da primeira “troca” de

materiais recicláveis, se beneficiará dos créditos na conta de energia elétrica. Os clientes, para aderirem ao programa, devem levar à empresa seus documentos pessoais e uma via da conta de energia elétrica, para que, a partir de então, possam ser identificados e, assim, obterem os créditos oriundos da entrega dos materiais.

4.2 Apresentação dos Dados/Discussões

O projeto teve início no ano de 2012. Foram necessárias ações de marketing e propagandas para apresentá-lo à sociedade, pois de nada adiantaria implementar um projeto destinado aos consumidores sem que os mesmos tivessem conhecimento do feito. Portanto, buscou-se por parte da empresa a difusão nas mídias de entrevistas e divulgações do projeto em questão.

Os dados repassados pela empresa referentes ao projeto estão subdivididos em quatro partes: clientes, bônus, resíduo e CO². Esses dados se referem respectivamente ao número de clientes cadastrados, ao valor monetário dos bônus concedidos aos clientes, à quantidade de material arrecadado para reciclagem e à demanda de CO² evitada, para cada ano de atuação do projeto. Para uma melhor compreensão, segue o quadro abaixo com os referidos dados:

Quadro 2 – Dados do Projeto

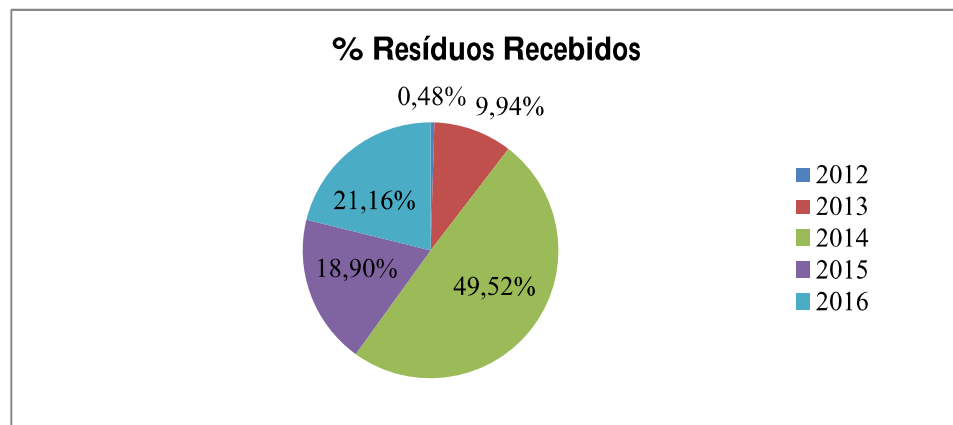
	2012	2013	2014	2015	2016
Clientes	237	2.413	2.569	2.127	3.700
Bônus	R\$ 2.845,39	R\$ 67.476,59	R\$ 128.160,67	R\$ 80.579,79	R\$ 79.593,69
Resíduo	11.422,03 Kg	238.274,81 Kg	1.186.876,62 Kg	452.942,38 Kg	507.221,53 Kg
	≡ 11,42t	≡ 238,27t	≡ 1.186,88t	≡ 452,94t	≡ 507,22t
CO²	27,82 Ton	612,94 Ton	2.537,38 Ton	1.033,31 Ton	1.108,60 Ton

Fonte: Elaboração Própria (2017) / Dados Concedidos pela Empresa Energisa Borborema

Em relação ao número de clientes cadastrados em cada ano do projeto, pode-se perceber que no ano de inicialização do programa houve uma pequena adesão, talvez devido à falta de conhecimento da população, à descrença no projeto da empresa ou até a uma falta de consciência em relação à importância da sustentabilidade ambiental. Vale salientar que, mesmo no primeiro ano, apesar dos poucos adeptos, houve investimentos em propagandas e divulgação nas mídias.

A partir do quadro, observa-se que o ano de 2014 foi o que mais recebeu trocas de resíduo, ao obter praticamente a mesma quantidade de materiais referentes à soma de todos os anos restantes do programa. O ano de 2014 obteve um somatório de 1.186.876,62 Kg de resíduos recebidos em contrapartida aos 1.209.860,75 Kg dos anos restantes (2012/2013/2015/2016), apresentando apenas uma diferença percentual de 0,96% em relação ao percentual total recebido e apenas 0,48% para ser equivalente a metade dos recebimentos do projeto. Verifica-se, assim, grande importância do referido ano a partir do gráfico 1 (Resíduos em Termos Percentuais), logo abaixo:

Gráfico 1 – Resíduos em Termos Percentuais



Fonte: Elaboração Própria (2017)

Vale salientar que no ano de 2014 o Brasil sediou a Copa do Mundo, e que, apesar da cidade de Campina Grande (nem as outras cinco circunvizinhas abrangidas pelo programa) não ser sede do evento mundial, existiu uma grande influência do evento na população local, que durante o período do evento fez grande uso de produtos que dão origem aos materiais aceitos pelo programa Conta Cidadã, a exemplo de latas de refrigerantes e cervejas e de garrafas Pet's. Assim, a Copa torna-se um ponto fundamental na elucidação deste valor bastante superior da variável resíduo em 2014, em relação aos demais anos.

Para embasar o ponto chave da variável, pode-se constatar algumas reportagens sobre o assunto. O site G1, por exemplo, apresenta uma reportagem escrita por Cristiane Cardoso, que, mediante dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), revela que nos quatro primeiros meses de 2014 os itens bebidas alcoólicas e não alcoólicas apresentaram crescimentos de produção de 3,6% e 0,3% respectivamente. A reportagem também traz a seguinte explicação do gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, André Luiz Macedo: “O evento por si traz expectativa de um maior consumo (...)E no caso das bebidas, o evento

ser realizado no Brasil gera expectativa de consumo maior.”. Por fim, o gerente completa: “É muito mais da expectativa que se tem de um consumo maior que faz com que as empresas antecipem uma produção. O evento em si justificaria maior produção em função dessa expectativa.”. Expectativa esta alcançada pelas empresas e absorvidas pelo público. Segundo os dados pós Copa 2014, “A maior cervejaria do mundo (AB Inbev), que domina dois terços do mercado brasileiro, vendeu 1,4 milhão de hectolitros a mais por aqui graças ao evento.” (CALEIRO, 2014). Os dados corroboram com os apresentados pelo site Terra-Esports, que mostram que foram consumidos mais de 2,3 milhões de garrafas de bebidas durante o evento.

No ano de 2016, o aumento no número de clientes cadastrados foi surpreendente, podendo, talvez, ser explicado por causa dos ajustes fiscais implementados pelo governo brasileiro desde 2015, como também pela crise financeira que assola o país desde anos anteriores, empurrando grande parte da população para uma perda de rendimentos e de capacidade de compra. Ao verem suas rendas cada vez mais encolherem, as famílias buscam alternativas de economizarem dinheiro, o que pode explicar o volumoso acréscimo de adesões ao projeto em 2016.

A partir de uma comparação entre o aumento do número de clientes cadastrados com as outras variáveis, pode-se perceber que não há uma grande distorção de valores, o que pela lógica deveria acontecer, pois quanto maior fosse o número de participantes deveria haver mais trocas de produtos por créditos. Mostra-se, assim, que, apesar do aumento no número de cadastro, não se obteve uma efetiva participação dos novos cadastrados no recolhimento dos resíduos materiais, pois os valores dos resíduos não apresentam grande diferença entre 2015 e 2016. Como consequência, os valores de bônus e de CO² acompanham a mesma lógica. Vale salientar que a demanda evitada de CO² refere-se ao cálculo das quantidades de emissão do gás que a empresa conseguiu evitar através das reciclagens dos produtos em contraposição à produção dos mesmos, caso não houvesse a reciclagem.

Por fim, em busca de aferir o custo-benefício do programa Conta Cidadã em termos monetários para a Prefeitura Municipal, visto que seria ela a responsável por captar o resíduo urbano, foram analisados os dados do Anexo II do PMGIRS de Campina Grande-PB, no qual podem ser observados os valores totais dos gastos reais e previstos com a coleta e a destinação de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), como também a demanda coletada e a futura de resíduos.

Para o cálculo desses dados, mediante o Anexo II do PMGIRS, foram considerados os Gastos com RSU a partir dos valores expostos de “Coleta e transporte de RSU domiciliares e comerciais”, “Disposição final do aterro” e “Máquinas e equipamentos”. Já para os valores de

Quantidade de RSU, consideraram-se os “Resíduos Sólidos Domiciliares”, os “Resíduos Sólidos da Construção Civil (RCC ou Entulhos)”, os “Resíduos de Serviço de Saúde (RSS)”, os “Resíduos de Caixas Estacionárias” e os “Resíduos Verdes (de Podas)”. Para fins de cálculos, foram feitas algumas modificações, devido alguns valores não constarem no anexo.

A partir da fórmula abaixo, podem ser obtidos os valores dos custos do RSU do município a cada ano:

Quadro 3 – Fórmula Custo RSU

Custo RSU = Gastos RSU(Ano)/Quantidade RSU(Tonelada)
<p>Em que:</p> <p>Custo RSU = valor do gasto incorrido de resíduos sólidos urbanos em relação a quantidade coletada;</p> <p>Gastos RSU(Ano) = total das despesas relativas as operações com os resíduos sólidos urbanos, durante o ano;</p> <p>Quantidade RSU(Tonelada) = total de resíduos sólidos urbanos coletado durante o ano, aferido em toneladas.</p>

Fonte: Elaboração Própria (2017)

A partir da fórmula e dos valores calculados, pode-se montar o quadro abaixo com o custo da coleta da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB, que ao multiplicar o valor obtido do custo do RSU pela demanda coletada do projeto (Resíduo), obtém-se, assim, o “ganho ambiental” em termos monetários.

Quadro 4 – Ganho Ambiental (R\$)

	Custo RSU(P/Tonelada)	Resíduo- ContaCidadã	“Ganho Ambiental”
2012	R\$ 113,03	11.422,03 Kg ≡ 11,42 t	R\$ 1.290,80
2013	R\$ 93,99	238.274,81 Kg ≡ 238,27 t	R\$ 22.395,00
2014	R\$ 64,59	1.186.876,62 Kg ≡ 1.186,88 t	R\$ 76.660,58
2015	R\$ 67,31	452.942,38 Kg ≡ 452,94 t	R\$ 30.487,39
2016	R\$ 70,80	507.221,53 Kg ≡ 507,22 t	R\$ 35.911,18
TOTAL		2.396.737,37 Kg ≡ 2396,74 t	R\$ 166.744,95

Fonte: Elaboração Própria (2017) – Conforme Anexo I

A partir do quadro 4, pode-se visualizar que houve um ganho em termos monetários e ambientais, pois deixaram de ser gastos R\$ 166.744,95 (Cento e sessenta e seis mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) por parte da Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB, com a coleta e a destinação de RSU. A depender das questões ambientais, o valor seria de difícil mensuração, caso os resíduos sólidos tivessem o seu

descarte final de forma errônea, afetando de várias formas o meio ambiente, caso não houvesse coleta ou uma destinação adequada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que com a implementação de programas como o da Empresa Energisa Borborema a sociedade e o meio ambiente tendem a obterem melhorias, sejam elas ambientais, sociais ou econômicas, apesar das reclamações por parte das associações de catadores. Projetos como o Conta Cidadã tornam possível uma união entre classes empresariais e sociedade, que juntas podem unir forças para melhorias possíveis e realizáveis. Somados às determinações de ações governamentais, projetos como o pesquisado podem diminuir os estragos causados no meio ambiente como um todo.

Apesar de, aparentemente, o valor do “ganho ambiental” obtido ser baixo (R\$ 166.744,95), quando comparado ao crédito concedido (R\$ 358.656,23), deve-se levar em conta que estão sendo comparados os dados de um projeto de uma empresa com os dados de gestão de uma cidade. Assim, os valores e montantes de custos são diferentes, além de que nos dados obtidos para cálculo dos custos de RSU há valores estimados, podendo haver uma distorção entre o real e o estimado. Vale salientar também que o valor referente ao bônus concedido ao cliente será o valor da “venda” do material trocado, e não o valor de custo daquela troca, configurando-se como uma divergência entre esses valores.

Ressalta-se que as empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica, que são as distribuidoras, ficam obrigadas a aplicar anualmente um percentual mínimo da receita operacional líquida (ROL) em programas de pesquisa e desenvolvimento, como também em eficiência energética no uso final de energia elétrica, de acordo com a Lei 9.991/2000. Visto que a referida lei versa sobre a legislação imposta às empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e que define percentuais a serem aplicados, torna-se evidente a obrigação de cumprimento por parte dessas entidades empresárias, que não podem negar-se ou esquivar-se de tal obrigação.

Ao recaírem sobre as entidades a proatividade ou a reatividade empresarial, observa-se que a empresa Energisa mantém desde antes da Lei da PNRS incentivos direcionados à sociedade, ao desenvolver outros projetos de reciclagem, projetos de ensino, gestão focada no combate ao trabalho infantil com foco nos fornecedores, entre outros, conforme exposto nos relatórios socioambientais da empresa. Portanto, ressalta-se a preocupação do quanto é

necessário pensar na empresa como um ser social, que, ao invés de buscar do consumidor só o lucro, deve olhar para o cliente como um parceiro tanto econômico quanto socioambiental.

Como sugestões para novos trabalhos acadêmicos na área, sugere-se estender o trabalho a um maior número de empresas, dando, assim, uma visão macro à temática. Podendo ainda ser desenvolvidos trabalhos de comparação entre projetos e ações socioambientais, como também análises de projetos específicos (ambientais ou sociais), apresentando limitações à pesquisa, a dificuldade de acesso aos dados empresariais.

ABSTRACT

The Social Responsibility and Sustainability are increasing pursued by the business context due to socio-environment problems, thus they are creating alternatives and projects in companies to approach these issues. In this way, this article main goal is to demonstrate the applying results of the Conta Cidadã program in the holistic triad of sustainability on Social, environmental and economic, their problems are the varification of program viability. this article is characterized as a case study of quantitative, qualitative and exploratory. the applied methodology was go to the company and capture the contacts after that they send managers information from the program so that the inference about the program could be made. As the conclusion, the program, despite divergencies between associations and cooperative of classes, are highlighted at the 3 dimentions mentioned before, differ at economic and environmental variance, where it has a larger representativity of them, presenting focus in elation of the environment, reinforcing that if it was not an integrated activitys of program could have major impact at the region of company, point out that the big importance of the corporate measure.

Key words: Sustainability. Social Responsibility. Triple Bottom Line (TBL).

REFERÊNCIAS

ASCOM (Assessoria de Comunicação). **Romero se reúne com catadores e discute pleitos da categoria**, 2015. Disponível em: <<http://www.romerorodrigues.com.br/?p=3320>>. Acesso em: 07 de abr. 2017.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade e sensibilidade social**. 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/49166336/Barbieri-Cajazeira-2009>. Acesso em: 30 de mar. 2017.

BRASIL. Lei 12.305 de 02 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 26 de jul. 2016.

BRASIL. Lei 9.991 de 24 de Julho de 2000. Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9991.htm>. Acesso em: 27 de jul. 2016.

CALEIRO, Joao Pedro. **Cerveja foi a grande vencedora da Copa junto com a Alemanha**, 2014. Disponível em:<<http://exame.abril.com.br/economia/cerveja-foi-a-grande-vencedora-da-copa-junto-com-a-alemanha>>. Acesso em: 29 de mar. 2017.

CALLENBACH, E. et al. **Gerenciamento Ecológico: Eco-Management – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis**. São Paulo: Curtis, 1993.

CARDOSO, Cristiane. **Copa do Mundo impulsiona produção de bebidas e televisores, diz IBGE**, 2014. Disponível em:<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/06/copa-do-mundo-impulsiona-producao-de-bebidas-e-televisores-diz-ibge.html>>. Acesso em: 29 de mar. 2017.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. São Paulo: Atlas, 2009.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL – ETHOS. **Indicadores Ethos-CEERT para a Promoção da Equidade Racial**. São Paulo: Ethos, Ciclo 2016-2017.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, jan./abr., 2008, p. 9-18.

McWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. **Corporate social responsibility: a theory of the firm perspective**. Academy of Management Review, v. 26, n. 1, p. 117-27, 2011.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** – 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TERRA NA COPA (Site TERRA-Esportes). **De cartões amarelos a crianças perdidas: veja dados da Copa**, 2014. Disponível em:<<https://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/de-cartoes-amarelos-a-criancas-perdidas-veja-dados-da-copa,a210f93e9f537410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 30 de mar. 2017.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE – CALCULO DO QUADRO 4 – “GANHO AMBIENTAL”

- Gasto RSU(Ano)

ANO	Gasto Total RSU(Ano)
2012	R\$ 17.764.985,30
2013	R\$ 19.030.026,26
2014	R\$ 13.078.189,26
2015	R\$ 13.868.111,86
2016	R\$ 14.705.745,82

Fonte: ECOSAM, 2014 apud PMGIRS-CG (Quadro 71)

- Quantidade RSU (Ano)

	2012	2013	2014	2015	2016
Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD)	87.698,31t	82.720,60t	82.720,60t*	84.067,33t	84.748,89t
Resíduos da Construção Civil (RCC ou Entulhos)	65.794,84t	115.588,44t	115.588,44t*	117.469,82t	118.422,19t
Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)	91,64t	91,64t*	91,64t*	93,89t	94,65t
Resíduos de Caixas Estacionárias	2.623,82t	3.644,61t	3.644,61t*	3.703,94t	3.733,97t
Resíduos Verdes (de Podas)	961,02t	433,38t	433,38t*	706,40t	712,12t
TOTAL (em toneladas)	157.167,63t	202.478,67t	202.478,67t	206.041,38t	207.711,82t

Fonte: Elaboração Própria (2017) – Base de Dados PMGIRS-CG

Observações:

1. Para dados que não estavam disponíveis no PMGIRS-CG, utilizou o valor do ano anterior como referencia. Usando (*) para identificação.
2. Considerou-se para as quantidades estimadas a Taxa Geométrica de Crescimento da População.

Usando a formula, chegamos ao valor do Custo RSU referente a cada ano:

ANO	CUSTO RSU
2012	R\$ 113,03
2013	R\$ 93,99
2014	R\$ 64,59
2015	R\$ 67,31
2016	R\$ 70,80